

Lava Jato: PF indicia mais de 30

Quatro doleiros presos, incluindo Alberto Youssef, "encabeçam" inquéritos, que foram levados para o Ministério Público Federal



Entre os indiciados estão 14 presos da carceragem da PF em Curitiba

Curitiba - A Polícia Federal (PF) concluiu ontem os inquéritos relativos à Operação Lava Jato, e indiciou pelo mais de 30 pessoas envolvidas no esquema que teria movimentado cerca de R\$ 10 bilhões nos últimos anos. Entre os indiciados estão os 15 envolvidos que ainda permanecem presos (14 na carceragem da PF em Curitiba e um na PF em São Paulo). Os envolvidos devem responder por lavagem de dinheiro, evasão de divisas, falsidade ideológica, além de outros crimes contra o sistema financeiro.

O relatório da PF é dividido em quatro inquéritos e foram enviados ao juiz federal Sérgio Moro que, na sequência, deve encaminhar todos os documentos para o Ministério Público Federal (MPF). Cada um deles tem como ponto de partida a ampla atuação de um doleiro (Alberto Youssef, Nelma Kodama, Carlos Habib Chater e Raul Henrique Srouf). A partir de agora a força-tarefa criada pelo MPF na semana passada vai analisar os inquéritos e decidir se oferece denúncia. Caso a denúncia seja aceita, todos os indiciados se transformam em réus e podem aguardar presos pela sentença.

Outros presos que continuam na carceragem da PF e que também foram indiciados são André Luis Paula dos Santos, Luccas Pace Junior, Carlos Alberto Pereira Costa, Carlos Alexandre de Souza Rocha, René Luiz Pereira, André Catão de Miranda, Faiçal Mohamed Nacirdine e Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras. Segundo a PF, existe a possibilidade de abertura de outros inquéritos e de continuar as investigações mesmo após o indiciamento dos suspeitos até o momento.

A operação Lava Jato foi deflagrada no dia 17 de março e, no mesmo dia, a PF cumpriu 81 mandados de busca e apreensão, 18 mandados de prisão preventiva, 10 mandados de prisão temporária e 19 mandados de condução coercitiva em 16 cidades paranaenses e nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Mato Grosso, além do Distrito Federal. Na segunda etapa da Lava Jato, no dia 11 de abril, a PF cumpriu 23

Jornal Folha de Londrina	Data 16/04/2014	Caderno Política	Página 5
-----------------------------	--------------------	---------------------	-------------

mandados expedidos pela Justiça Federal, sendo dois de prisão temporária, seis de condução coercitiva e 15 de busca e apreensão nas cidades de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Macaé e Niterói.

A apuração da PF também trouxe à tona a ligação entre Alberto Youssef e o deputado federal André Vargas (PT-PR). Conforme investigações da PF, os dois atuaram juntos para tentar fechar um contrato milionário entre uma empresa ligada a Youssef e o Ministério da Saúde.

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

André Vargas diz que reestuda renúncia ao mandato

O deputado André Vargas (PT-PR) desistiu de renunciar ao mandato parlamentar. Segunda-feira (14), a assessoria dele anunciou que Vargas apresentaria o pedido na terça-feira (15) ou hoje (16). Ontem, em nota, o deputado disse que, diante do que estabelece a Constituição, a renúncia ao mandato seria inócua, pois não surtiria qualquer efeito. "Em face disso, o deputado André Vargas está reestudando a hipótese de renúncia", diz o comunicado.

O documento distribuído à imprensa reproduz o § 4º do art. 55 da Constituição que diz: "A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais [conclusão do processo]". A assessoria do deputado mostrou aos jornalistas mensagem em que o deputado afirma: "Fui surpreendido com o disparate da posição do Conselho de Ética".

André Vargas se licenciou do mandato parlamentar no último dia 7, por 60 dias, após denúncias de envolvimento dele com o doleiro Alberto Youssef, preso pela Polícia Federal, na Operação Lava Jato. Vargas admitiu ter usado um jatinho do doleiro para uma viagem de férias à Paraíba com a família no início deste ano, mas disse que desconhecia as atividades de Youssef.

O deputado anunciou também que iria renunciar à Vice-Presidência da Câmara, após a abertura de processo de cassação do seu mandato pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, no último dia 14. No entanto, até agora ele não apresentou a carta de renúncia à Câmara.

Ontem, o presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), disse que a renúncia não impede que o processo prossiga no conselho. "A renúncia do deputado não cessa o processo no Conselho de Ética. Mesmo que ele renuncie, o processo vai prosseguir até o final", disse Izar.

Segundo Ricardo Izar, há entendimentos na Câmara de que mesmo o deputado apresentando o pedido de renúncia, a presidência da Casa não dará prosseguimento ao pedido até a decisão do Conselho de Ética e do plenário da Casa.

Há também avaliação de que, caso o deputado encaminhe a renúncia, ela deve ser

aceita. No entanto, em qualquer situação, o processo no Conselho de Ética não será paralisado, anulando qualquer efeito da renúncia.

Agência Brasil

Depoimento de Graça não reduz ímpeto da oposição por CPI

Audiência no Senado com Graça Foster durou mais de seis horas

Brasília - O depoimento no Senado da presidente da Petrobras, Graça Foster, ontem, não fez a oposição desistir de instalar uma CPI para investigar a estatal. "Ficou claro que foi um mau negócio", afirmou o provável candidato tucano ao Planalto, Aécio Neves (PSDB-MG), em referência à compra da refinaria de Pasadena que pode ter gerado prejuízos bilionários à empresa. Aécio disse que ainda há a necessidade de investigar a diretoria da empresa e defendeu que o Senado aguarde um parecer da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre as investigações.

Apesar de ter liderado desde o início os debates sobre a instalação de uma CPI para investigar a Petrobras, Aécio não compareceu ao depoimento da presidente da estatal. "Tomei certo cuidado para não mostrar que é um tema eleitoral. Estou me preservando para o grande debate com a chefe dela", explicou o senador. Ele disse que estava muito bem representado por senadores de seu partido.

Na contramão, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), elogiou o desempenho de Graça durante a audiência que durou mais de seis horas. "Ela convenceu a todos que está procedendo rigorosa investigação interna", disse.

DEPOIS DA PÁSCOA

Mas o Senado vai deixar a votação do relatório da CPI da Petrobras para depois da Páscoa. O adiamento conta com o apoio da oposição, que prefere aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a questão. Esse é o mesmo argumento usado pelos governistas que tentam, a todo custo, protelar o início das investigações.

O relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) defende a CPI "combo" da Petrobras, com assuntos indigestos a PSDB e PSB. Mas a oposição quer exclusividade para a estatal.

O clima no Senado é de conformismo com a ideia de que é melhor aguardar Rosa Weber dar sua posição sobre os recursos impetrados por opositoristas e aliados da presidente Dilma. A ministra deve se manifestar na próxima semana. "Não vejo problema em deixar para semana que vem. Se essa for a decisão do governo, não vamos criar dificuldade", disse Aécio Neves, que se coloca a favor da CPI exclusiva da Petrobras.

Das Agências